1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Aviso n.º 6453/2006 — AP

A Dr.ª Joana Tenreiro da Cruz, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 130/00.9TACLD, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Manuel Conde Esteves, filho de António Manuel Esteves e de Maria de Lurdes Gonçalves Condes Esteves, de nacionalidade portuguesa, nascido em 31 de Agosto de 1959, casado, titular do bilhete de identidade n.º 6098560, com domicílio na Rua da Fonte, 11, 2510 Óbidos, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 29 de Maio de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 8 de Maio de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

11 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Joana Tenreiro da Cruz*. — A Escrivã-Adjunta, *Idália Maria P. B. R. Lourenço*.

Aviso n.º 6454/2006 — AP

A Dr.ª Joana Tenreiro da Cruz, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha, faz saber que, no processo abreviado n.º 41/03.6PBCLD, pendente neste Tribunal contra o arguido Vladimir Prynda, filho de Nicola Dmitrich e de Melania Bacreuch natural de Lvov, Ucrânia, nascido em 13 de Junho de 1957 por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1 do Código Penal, praticado em 12 de Janeiro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

16 de Outubro de 2006. — A Juíza de Direito, *Joana Tenreiro da Cruz*. — A Escrivã Auxiliar, *Conceição de Frias Monteiro*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Aviso n.º 6455/2006 — AP

O Dr. Luís Guerra, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 981/95.4PBCLD, pendente neste Tribunal contra o arguido Leonel Felizardo Solteiro de Sousa, filho de Celestino de Sousa e de Maria Isabel Solteiro, natural de Portugal, Caldas da Rainha, Salir de Matos (Caldas da Rainha), de nacionalidade portuguesa, nascido em 14 de Maio de 1963, divorciado, profissão: empregado de mesa, titular do bilhete de identidade n.º 4427929, com domicílio na Rua Funda, 7, Cabreiros, 2500 Salir de Matos, por se encontrar acusado da prática de um crime de ameaça, previsto e punido pelo artigo 153.º do Código Penal, praticado em 4 de Novembro de 1995, por despacho de 12 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

10 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Luís Guerra*. — O Escrivã-Adjunto, *Fernando Vicente*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CANTANHEDE

Aviso n.º 6456/2006 — AP

O Dr. Manuel Figueiredo, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Cantanhede, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 288/05.0TACNT, pendente neste Tribunal contra o arguido Élio Manuel de Melo Curado, filho de Henrique Rosa dos Santos Curado e de Maria Violeta Alves de Melo Curado, natural de Angola, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Abril de 1965, casado (regime: desconhecido), número de identificação fiscal 174111380, titular do bilhete de identidade n.º 8339586, com domicílio na Rua da Igreja 36, Pampilhosa, 0000 Mealhada, por se encontrar acusado da prática do crime de abuso de confiança contra a segurança social, previsto e punido pelo artigo 1072 do Regime Geral das Infracções Tributárias, praticado em Setembro de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto de todas as contas bancárias do arguido em todas as instituições bancárias a operar em Portugal, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

11 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel Figueiredo*. — A Escrivã Auxiliar, *Orlanda Soares*.

Aviso n.º 6457/2006 — AP

O Dr. Manuel Figueiredo, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Cantanhede, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 288/05.0TACNT, pendente neste Tribunal contra o arguido Henrique Rosa dos Santos Curado, filho de Henrique dos Santos Curado e de Adelina Rosa, natural de Barreiro (Barreiro), nascido em 20 de Novembro de 1938, divorciado, número de identificação fiscal, 150051450, titular do bilhete de identidade n.º 7601451, com domicílio na Rua da Igreja, 36, Pampilhosa, 3050 Mealhada, por se encontrar acusado da prática do crime de abuso de confiança contra a segurança social, previsto e punido pelo artigo 107.º do Regime Geral das Infracções Tributárias, praticado em Setembro de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto de todas as contas bancárias do arguido em todas as instituições bancárias a operar em Portugal, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

11 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel Figueiredo*. — A Escrivã Auxiliar, *Orlanda Soares*.

Aviso n.º 6458/2006 — AP

O Dr. Manuel Figueiredo, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Cantanhede, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 288/05.0TACNT, pendente neste Tribunal contra o arguido Rogério Paulo de Melo Curado, filho de Henrique Rosa dos Santos Curado e de Maria Violeta Alves de Melo Curado, natural de Angola, nascido em 18 de Janeiro de 1968, casado (regime: Comunhão de adquiridos), número de identificação fiscal, 209176598, titular do bilhete de identidade n.º 8339585, com domicílio na Rua da Vitória, lote 3133, B, 2975 Quinta do Conde, por se encontrar acusado da prática do crime de abuso de confiança contra a segurança social, previsto e punido pelo artigo 107.º do Regime Geral das Infracções Tributárias, praticado em Setembro de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Outubro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos posteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto de todas as contas bancárias do